

ENTRE A URGÊNCIA E A INVENÇÃO: A FORMAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA CAPES E SEUS PARADOXOS EPISTEMOLÓGICOS

BETWEEN URGENCY AND INVENTION: THE FORMATION OF INTERDISCIPLINARITY WITHIN CAPES AND ITS EPISTEMOLOGICAL PARADOXES

Djalma Thürler

Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui ampla formação, com estágios pós-doutorais no Brasil e no exterior. Pesquisador interdisciplinar e professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua em programas de pós-graduação e coordena iniciativas acadêmicas nas áreas de gênero, cultura e direitos humanos. Integra redes e grupos de pesquisa internacionais, além de atuar como editor, tradutor e dramaturgo. Sua produção concentra-se em literatura, artes, cultura, gênero e sexualidade.

E-mail: djalmathurler@ufba.br

Resumo: O texto reconstrói a formação histórica da área multidisciplinar/interdisciplinar da Capes, destacando que sua criação, no final dos anos 1990, respondeu menos a um projeto epistemológico deliberado e mais a uma necessidade institucional de acolher propostas que escapavam às fronteiras disciplinares tradicionais. Com base em Bevilacqua (2011), mostra-se que a área emergiu sob um regime de urgência administrativa, em meio à expansão da pós-graduação, ao crescimento de iniciativas híbridas (como IAI e LNCC) e à ausência de critérios avaliativos capazes de lidar com objetos e métodos interdisciplinares. A análise evidencia que, embora a Capes tenha posteriormente iniciado a consolidação da área interdisciplinar, o debate epistemológico permaneceu secundário, produzindo uma área marcada por tensões entre inovação e enquadramento, flexibilidade e padronização. Discute-se também o imaginário depreciativo que atravessa o Sistema Nacional de Pós-Graduação, reforçado pela falta de reconhecimento institucional no CNPq, o que alimenta a percepção equivocada de que a interdisciplinaridade seria um espaço de “rebotinho científico”. Argumenta-se, por fim, que a interdisciplinaridade precisa ser disputada epistemológica, institucional e politicamente, pois não constitui um território residual, mas um campo estruturante para enfrentar problemas complexos do século XXI. Reforça-se que pesquisas interdisciplinares devem necessariamente estar articuladas às áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos

integradores dos programas, evitando interpretações equivocadas de que qualquer tema poderia ser enquadrado na área.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Epistemologia. Capes. Política científica. Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Abstract: The text reconstructs the historical formation of Capes' multidisciplinary/interdisciplinary area, emphasizing that its creation in the late 1990s resulted less from a deliberate epistemological project and more from an institutional need to accommodate proposals that escaped traditional disciplinary boundaries. Drawing on Bevilacqua (2011), the analysis shows that the area emerged under a regime of administrative urgency, during a period of rapid expansion of graduate programs, the growth of hybrid initiatives (such as IAI and LNCC), and the lack of evaluative criteria capable of addressing interdisciplinary objects and methods. Although Capes later began consolidating the interdisciplinary area, epistemological debate remained secondary, producing a field marked by tensions between innovation and standardization, flexibility and bureaucratic framing. The text also examines the depreciative academic imaginary within Brazil's graduate education system, reinforced by the absence of institutional recognition within CNPq, which sustains the mistaken perception that interdisciplinarity is a "scientific leftover". It argues that interdisciplinarity must be actively defended and disputed epistemologically, institutionally, and politically, as it is not residual but structurally necessary to address the complex problems of the 21st century. Finally, it stresses that interdisciplinary research must be aligned with a program's areas of concentration, research lines, and integrative projects, countering the misconception that any topic can be accommodated within interdisciplinary programs.

Keywords: Interdisciplinarity. Epistemology. Capes. Science policies. National Graduate Education System.

A GÊNESE INSTITUCIONAL DA INTERDISCIPLINARIDADE NA CAPES: ENTRE O ABRIGO PROVISÓRIO E O PROJETO EPISTEMOLÓGICO

No texto "Primórdios da área multidisciplinar da Capes e suas influências na pós-graduação e graduação", Luiz Bevilacqua (2011) apresenta um panorama histórico da constituição da então área multidisciplinar, criada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) em um contexto de expansão e diversificação dos programas de pós-graduação no Brasil.

O autor destaca que a emergência dessa área no final da década de 1990 decorreu, paradoxalmente, de um processo de acomodação e experimentação. Do "avanço rápido na investigação de temas que exigiam a convergência de conhecimento de

várias origens” (Bevilacqua, 2011, p. 786), mas, também, da incapacidade das divisões tradicionais do conhecimento de abarcar projetos e programas com naturezas híbridas, situados nas fronteiras entre as ciências exatas, biológicas, humanas e tecnológicas, ou seja, a interdisciplinaridade surgiu mais por razões espontâneas do que por um planejamento estratégico institucional.

Bevilacqua (2011, p. 786, 788) aponta dois precedentes principais que impulsionaram a pesquisa interdisciplinar no Brasil e a criação do comitê multidisciplinar da Capes no final dos 1990, sob a batuta do então diretor de avaliação, o professor Abílio Baeta Neves: a criação do Instituto Interamericano de Pesquisa em Mudanças Globais (IAI), no início da década, pela sua “inequívoca e inevitável convergência disciplinar para investigação de tópicos relativos a questões ambientais”, e a do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), que, em 1998, a partir das iniciativas do professor Antonio Olinto, criou “a primeira oportunidade de começar um curso com características interdisciplinares”.

Nessa época,

[...] a Capes já havia recebido cerca de trinta propostas, que foram separadas como multidisciplinares, sem serem acolhidas em nenhum dos comitês existentes. As avaliações eram feitas por comitês *ad hoc*, o que causava problemas de diversidade de critérios de avaliação (Bevilacqua, 2011, p. 789).

Ou seja, em vez de representar uma ruptura planejada contra o paradigma hegemônico da ciência moderna, a área multidisciplinar surgiu como uma solução provisória e pragmática para acolher iniciativas que escapavam às categorias disciplinares vigentes, tornando-se uma espécie de “abrigo” para propostas nômades e inovadoras, que desafiavam o enquadramento avaliativo da época. Ao recuperar esse percurso – e nomes importantes para a criação da área, como os de “Adelaide Faljoni-Alario, Augusto C. N. R. Galeão, Carlos Nobre, Claudio Habert, Claudio Sampaio, Pedro Pascutti e Teresinha Gurnham” (Bevilacqua, 2011, p. 790) –, Bevilacqua evidencia que o caráter interdisciplinar da pesquisa brasileira foi antes uma necessidade institucional do que uma escolha epistemológica deliberada.

Com a criação da área multidisciplinar em 1999, a partir dos anos 2000, a Capes iniciou um movimento de consolidação e reconhecimento da área interdisciplinar como espaço legítimo de produção de conhecimento, estimulando, notadamente, duas frentes de trabalho: a criação de comissões específicas que à época trabalharam “mais sobre os fatos concretos do que uma elaboração teórica do que seja multi, inter ou transdisciplinaridade”, porque “a grande maioria estava mais envolvida no agir que

em criticar o significado dos termos e suas implicações epistemológicas”; e a elaboração de critérios próprios de avaliação que serviam como “fio condutor” (Bevilacqua, 2011, p. 790).

Naquele momento, os critérios de avaliação eram relativamente simples; afinal,

Difícilmente haveria grupos interdisciplinares consolidados.

Os integrantes do grupo proponente, em sua maioria, ainda estavam inseridos nas suas pesquisas especializadas.

Seria impossível estabelecer critérios muito rígidos, pois iríamos receber propostas com componentes de diversas áreas do conhecimento, cujos critérios de produtividade, em parte, muito diferentes, como veículos e frequência de publicação.

Não havia Qualis adequado e, em muitos casos, as classificações dos periódicos que registravam a importância para uma área específica tinham pesos diferentes para cada área.

Não seria impossível que se apresentassem propostas artificiais e com baixa qualidade científica.

A era da convergência de disciplinas, formando grupos multi e interdisciplinares era uma característica preciosa, cientificamente válida e digna de ser estimulada no Brasil.

Os comitês das áreas tradicionais dificilmente apoiariam iniciativas multi e interdisciplinares por considerarem, sem fundamento consistente, a meu ver, projetos de baixa qualidade acadêmica (Bevilacqua, 2011, p. 791).

A análise de Bevilacqua evidencia que a consolidação inicial da área interdisciplinar ocorreu sob um regime de urgência institucional, em que o foco dos comitês estava muito mais voltado para resolver problemas concretos do sistema de pós-graduação do que para refletir criticamente sobre os sentidos epistemológicos da interdisciplinaridade. Quando afirma que “a grande maioria estava mais envolvida no agir que em criticar o significado dos termos e suas implicações epistemológicas” (Bevilacqua, 2011, p. 790), o autor revela um paradoxo fundador: ao mesmo tempo que a Capes criava um espaço destinado a abrigar práticas multi e interdisciplinares, não houve, naquele momento, uma discussão sistemática sobre os fundamentos epistemológicos que justificariam, legitimariam e orientariam tais práticas.

O resultado é que a área interdisciplinar nasceu como solução administrativa antes de se constituir como projeto cognitivo, carregando desde sua origem tensões entre flexibilidade e padronização, inovação e enquadramento. Talvez por isso, ainda hoje, a pesquisa interdisciplinar se configure como um território em disputa: um campo que,

embora reconhecido institucionalmente, segue atravessado pela ausência de um pacto epistemológico mais robusto, lacuna que faz com que a interdisciplinaridade oscile entre um espaço de invenção de novas ecologias do saber e um ambiente de permanente negociação burocrática com matrizes avaliativas formadas nas disciplinas clássicas. Nesse sentido, o silêncio epistemológico dos comitês fundadores não foi apenas circunstancial: tornou-se um traço estrutural da área, cujos efeitos se fazem sentir ainda hoje nas práticas contemporâneas de pesquisa, avaliação e formação.

DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA DA INTERDISCIPLINARIDADE

Se havia pouca compreensão de como a Capes conceituava a ciência interdisciplinar, tanto da perspectiva da investigação quanto da perspectiva pedagógica, cabe perguntar por que o recém-criado comitê multidisciplinar não planejou analisar as definições propostas de investigação interdisciplinar, incluindo semelhanças e diferenças em relação à investigação caracterizada como interdisciplinar, intradisciplinar e multidisciplinar, e desenvolver medidas para determinar se a investigação é interdisciplinar ou não; afinal, a discussão epistemológica é o núcleo estruturante da interdisciplinaridade, pois é nela que se define como se conhece, a partir de que regimes de verdade, com quais critérios de validade, e com que consequências para o estatuto dos objetos e dos sujeitos do conhecimento.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade não é apenas uma técnica de articulação entre áreas, mas um gesto epistemológico que desloca fronteiras, questiona hierarquias disciplinares e reinscreve os modos de produção de saber.

A epistemologia moderna, assentada em Descartes e Bacon e posteriormente sistematizada pelos positivismos, constituiu disciplinas como estruturas de ordenamento e controle do conhecimento, “capturando, subalternizando e relegando ao esquecimento uma diversidade de princípios explicativos do mundo” (Simas; Rufino, 2019, p. 19). Essa arquitetura se

[...] desenvolveu ao longo dos séculos seguintes do domínio das ciências naturais, primeiramente, para o domínio da sociedade, afinal, assim como tinha sido possível descobrir as leis da natureza, também seria possível descobrir as leis da sociedade e, assim, esse modelo de racionalidade hegemônico se tornou o elemento principal de uma grande transformação social e tecnológica (Thürler, 2024, p. 2).

Além disso, essa arquitetura produziu objetos recortados, métodos fixos e critérios de validação universais capazes de manter a coerência interna de cada campo científico.

A interdisciplinaridade emerge como resposta crítica ao paradigma disciplinar clássico, impulsionada tanto por uma necessidade epistemológica quanto pela complexidade dos problemas contemporâneos. Historicamente, ainda que de forma mais restrita, a articulação entre campos distintos tornou-se indispensável sempre que os limites de uma única disciplina eram incapazes de abarcar questões cuja densidade exigia múltiplos modos de inteligibilidade. Foi assim que surgiram áreas como engenharia biomédica ou sociobiologia, expressões concretas desse movimento que levou pesquisadores a atuar em zonas de fronteira, criando arenas de pensamento, ação e, potencialmente, de ensino. Tais campos não apenas responderam a desafios internos da ciência, mas também a demandas sociais urgentes, reunindo especialistas cujos percursos disciplinares se encontravam nas intersecções, nos limiares e, por vezes, no transbordamento das fronteiras tradicionais.

Nesse cenário, autores como Edgar Morin chamam a atenção para o fato de que a complexidade constitui o verdadeiro “solo epistemológico” da interdisciplinaridade. Mais do que justapor métodos ou perspectivas, evitando o que Boris Cyrulnik (2014, p. 48) provocativamente denomina uma mera “*ratatouille* epistemológica”, trata-se de articular lógicas distintas de compreensão da realidade. Isso implica aceitar a coexistência provisória de contradições, mobilizar diferentes níveis de realidade e operar em múltiplas escalas temporais e espaciais. A complexidade exige, assim, um pensamento relacional, capaz de reconhecer tanto a incompletude constitutiva de cada disciplina quanto a interdependência entre os saberes que compõem o campo científico.

Dessa perspectiva, podemos definir a epistemologia interdisciplinar como a capacidade de integrar conhecimentos e modos de raciocínio oriundos de duas ou mais áreas estabelecidas, produzindo avanços cognitivos capazes de explicar fenômenos, resolver problemas ou criar produtos de maneira impossível – ou improvável – dentro dos limites disciplinares tradicionais. Parafraseando Karl Popper (1963), a interdisciplinaridade não formaria estudantes de “matérias”, mas estudantes de “problemas”, já que os problemas reais frequentemente ultrapassam fronteiras disciplinares.

Os comitês da Academia Nacional de Ciências, da Academia Nacional de Engenharia e do Instituto de Medicina – Nasem (National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine, 2005, p. 26) desenvolveram a seguinte descrição de pesquisa interdisciplinar:

[...] um modo de investigação realizado por equipes ou indivíduos que integra informações, dados, técnicas, ferramentas, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou corpos de conhecimento especializado para promover a compreensão fundamental ou resolver

problemas cujas soluções estão além do âmbito de uma única disciplina ou campo de prática de investigação.

Definição que encontra ecos no documento da área interdisciplinar, que ratifica a percepção do Nasem, alertando que,

[...] em virtude de sua natureza transversal, a interdisciplinaridade tem sido considerada epistemologia chave para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que, na interface das fronteiras disciplinares, se cruzam para resolver problemas urgentes do mundo, fenômenos complexos de diferentes naturezas, articulando em várias escalas conceitos, teorias, metodologias e tecnologias para responder muitas das questões sociais e científicas contemporâneas. A pesquisa interdisciplinar não é contrária à perspectiva disciplinar. Diferente disso, não pode existir sem ela, alimenta-se dela, pois são duas dimensões complementares do conhecimento (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, 2025-2028a, p. 6).

Ou seja, epistemologicamente, a interdisciplinaridade provoca uma reformulação ontológica, ela não apenas articula saberes, mas também reconstrói os objetos. Um objeto interdisciplinar não é a simples soma dos recortes disciplinares, mas uma síntese provisória, construída por mediações metodológicas, organizada a partir de problemas e não de campos, aberta a revisões contínuas. Logo, o objeto interdisciplinar é sempre emergente.

Ainda do ponto de vista epistemológico, a interdisciplinaridade também questiona a ficção da neutralidade científica. Ao articular campos diversos, torna evidente que toda produção de conhecimento é situada, as perguntas científicas são moldadas por valores, disputas e interesses, e os próprios objetos são construções teóricas e socioculturais. Esse reconhecimento aproxima a interdisciplinaridade de perspectivas críticas que veem o conhecimento como prática política. A pesquisa seria, então, interdisciplinar quando os pesquisadores aprendem a outra disciplina, diferentemente da pesquisa multidisciplinar, que é considerada aquela que envolve mais de uma disciplina, na qual cada disciplina faz uma contribuição separada. Em síntese, a interdisciplinaridade é um projeto epistemológico de abertura que afirma a complexidade, a indeterminação e a coemergência dos saberes.

As últimas décadas oferecem evidências claras dessa tendência. O crescimento exponencial do conhecimento científico, técnico e tecnológico tem levado pesquisadores das ciências naturais, engenharias, ciências sociais e humanidades a compor redes

colaborativas para enfrentar questões intrinsecamente complexas. Não por acaso, muitos dos *hot topics* (National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine, 2005, p. 17) da pesquisa interdisciplinar contemporânea – historicamente associados a campos como nanotecnologia, bioinformática ou neurociências – encontram, nas últimas décadas, seus equivalentes igualmente complexos e urgentes no âmbito das ciências humanas e sociais e dos estudos da cultura. Temas como desinformação digital, algoritmos e democracia, racismo estrutural e epistemologias decoloniais, crises migratórias e direitos humanos, violência de gênero e masculinidades, saúde mental e sofrimento social, memória e disputas patrimoniais, subjetividades digitais e impactos socioculturais da inteligência artificial exigem, de modo incontornável, a combinação de múltiplos saberes.

Do mesmo modo que a biotecnologia ou a sustentabilidade ambiental se tornaram emblemáticas da necessidade de cooperação entre áreas, também nas humanidades emergem campos de investigação que não podem ser compreendidos a partir de um único domínio disciplinar: compreender o avanço da radicalização política requer o diálogo entre ciência política, psicologia social, comunicação, filosofia e estudos culturais; analisar as novas formas de sociabilidade digital convoca contribuições da sociologia, da semiótica, da comunicação, da antropologia digital e do *design*; enfrentar a complexidade das violências de gênero demanda articulações entre direito, saúde pública, sociologia, estudos *queer* e psicologia.

É difícil imaginar estratégias sólidas de pesquisa para tais questões sem a mobilização simultânea de saberes diversos, cuja articulação amplifica as possibilidades de interpretação e intervenção. A interdisciplinaridade, aqui, não é escolha estilística, mas condição de inteligibilidade: sem ela, os processos sociopolíticos, culturais e tecnológicos que nos atravessam permanecem opacos, reduzidos e, sobretudo, mal compreendidos.

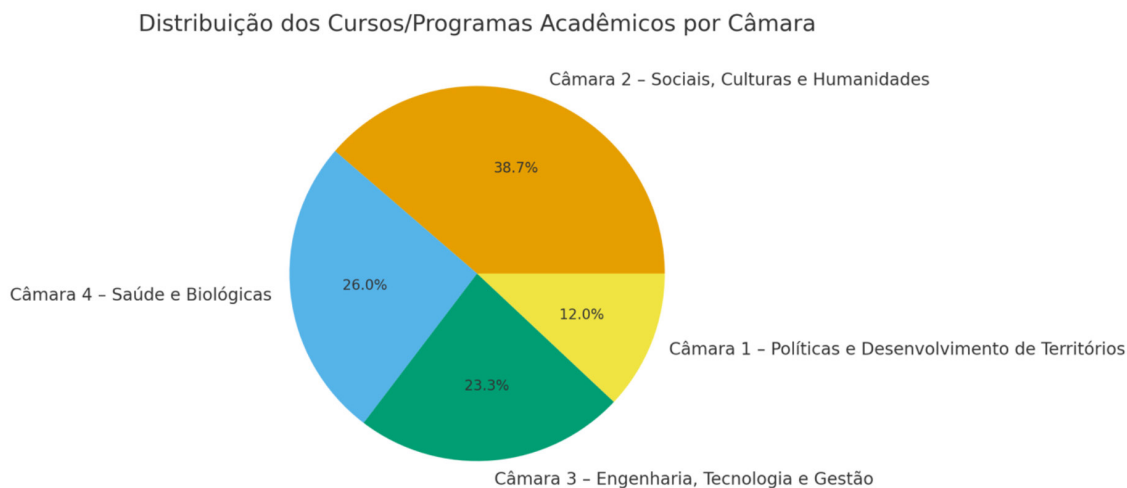
Esse fator explica, certamente, o crescimento e a evolução do número de cursos e programas de pós-graduação credenciados desde 1999. Conforme registram Alvarenga *et al.* (2011), “de 46 cursos em 1999, registrou-se 104 em 2003, apresentando, a partir daí, um crescimento em elevada proporção: em 2007, chegou a 228 cursos; em 2008, a 256; e em 2009 a 283” (Bevilacqua, 2011, p. 31). Passadas mais de duas décadas, e considerando o cenário de 2025, ano em que este artigo está sendo escrito, a Plataforma Sucupira registra 498 cursos/programas, dos quais 417 estão em funcionamento¹.

Desses, 308 são acadêmicos e 109, profissionais. No conjunto dos programas acadêmicos, observa-se a seguinte distribuição entre as câmaras: Câmara 2 – sociais,

¹ Vinte cursos/programas estão em desativação; 11 em projeto e dois com perda de eficácia, ou seja, nunca abriram turmas, que é o caso do curso de Mestrado em Sociedade e Inclusão Social do Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco (Unit) e o de Produção e Ambiente da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), em Cruz Alta, no estado do Rio Grande do Sul, ambas instituições de direito privado.

culturas e humanidades: 116; Câmara 4 – saúde e biológicas: 78; Câmara 3 – engenharia, tecnologia e gestão: 70; Câmara 1 – políticas e desenvolvimento de territórios: 36.

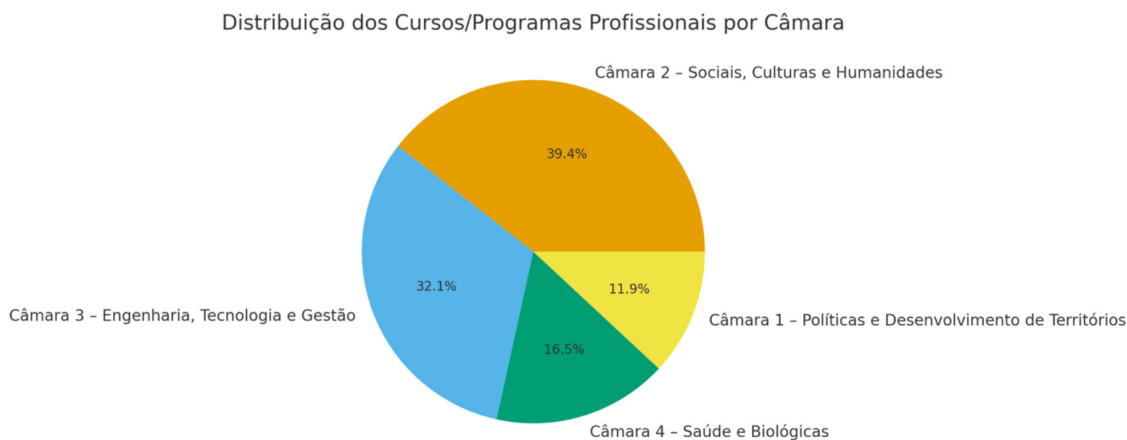
Gráfico 1: Distribuição dos cursos/programas acadêmicos por Câmara



Fonte: elaboração própria.

Na modalidade profissional, a Câmara 2 permanece como a mais procurada, reunindo 43 cursos/programas, seguida da Câmara 3, com 35; da Câmara 4, com 18; e da Câmara 1, com 13.

Gráfico 2: Distribuição dos cursos/programas profissionais por Câmara



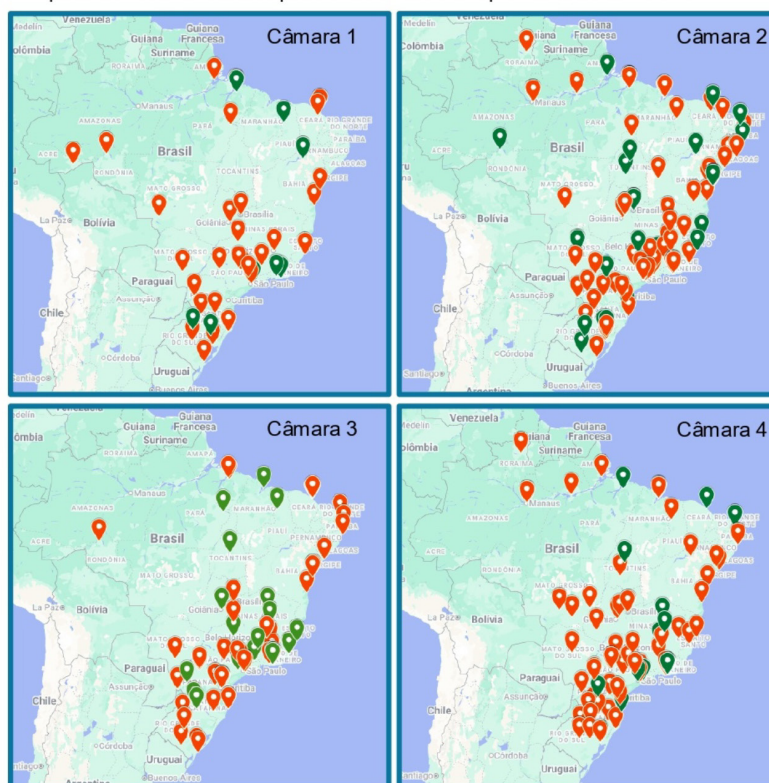
Fonte: elaboração própria.

O panorama inicial traçado por Bevilacqua (2011, p. 793), o de que, “desde o início, os temas ligados a áreas ambientais foram se destacando em termos de número”, culmina com a criação da área 49, ciências ambientais, em 5 de junho de 2011, a partir da Portaria nº 81, de 6 de junho de 2011, com 56 programas provenientes da então Câmara de meio ambiente e agrárias (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, 2025-2028b), hoje Câmara de políticas e desenvolvimento de territórios, da área interdisciplinar.

A criação da área 49, de ciências ambientais, em 2011, tornou-se um marco porque evidenciou que, quando determinado conjunto de temas amadurece internamente, alcança densidade epistemológica suficiente e apresenta coerência interna consolidada, a área interdisciplinar é capaz de gerar novos campos de conhecimento. Esse processo de enucleação, isto é, a formação de uma área autônoma a partir de um núcleo temático robusto, demonstra que a interdisciplinaridade não opera apenas como um espaço agregador, mas também como um ambiente fértil de incubação epistemológica.

Figura 1: Distribuição dos PPGs da área interdisciplinar pelo Brasil

Distribuição dos PPGs da Área Interdisciplinar pelo Brasil. Marcadores em vermelho e verde indicam os PPGs Acadêmicos e Profissionais, respectivamente. Em cada quadro estão os PPGs por Câmara temática.



Fonte: Texto.

É justamente à luz desse precedente que a Câmara 2 (sociais, culturas e humanidades) se apresenta, hoje, como um dos espaços mais potentes para a emergência de futuros arranjos interdisciplinares. Seus programas, espalhados por todas as regiões do país, como mostra a Figura 1, podem hoje ser distribuídos em três eixos temáticos, que evidenciam uma maturação conceitual semelhante àquela que, há pouco mais de uma década, deu origem à área 49. O eixo 1, “Práticas culturais, estética, patrimônios, linguagens e narrativas”, reúne investigações que historicizam formas simbólicas, problematizam regimes de visibilidade e mobilizam epistemes situadas, produzindo um corpo crescente de pesquisa que atravessa artes, culturas, memórias e processos narrativos; o eixo 2, “Cidadania, justiça social, governança e garantia de direitos”, concentra debates sobre marcos normativos, desigualdades, políticas públicas e disputas sociais, compondo um campo que já opera com metodologias híbridas e com forte articulação comunitária; e o eixo 3, “Educação, tecnologias sociais e inovação social”, apresenta experimentações metodológicas e práticas educativas orientadas pela resolução de problemas concretos, frequentemente em parceria com organizações da sociedade civil e arranjos territoriais².

O volume expressivo de cursos/programas nos dois primeiros eixos, cerca de 95, somado ao caráter estratégico do terceiro, sugere que a Câmara 2 não apenas concentra um conjunto diversificado de temas, mas também produz densidade teórica, metodológica e social suficiente para, no médio prazo, configurar núcleos capazes de originar novas áreas de conhecimento.

Assim como ocorreu com os estudos ambientais na década de 2000, a atual vitalidade da Câmara 2 indica que temas como culturas, cidadanias, narrativas, direitos, tecnologias sociais ou inovação social poderão se consolidar como frentes estruturantes de novos campos interdisciplinares, especialmente se continuarem a apresentar coerência programática, consistência epistemológica e impacto social mensurável.

Ao final dessa trajetória conceitual, a pergunta que se impõe é: Que estratégias de investigação são necessárias para enfrentar esse futuro? A resposta encontra ressonância nas reflexões de Ailton Krenak sobre a urgência de “adiar o fim do mundo”. Para Krenak (2019), enfrentar o futuro exige mais do que inovação técnica; requer outras formas de imaginar e habitar o conhecimento. Uma interdisciplinaridade comprometida com a vida não pode restringir-se à engenharia metodológica, mas deve abrir espaço para cosmologias diversas, reencantar as relações entre humanos e natureza, e deslocar a ideia de ciência como domínio ou extração. Nesse horizonte, as estratégias

2 Essa classificação foi elaborada pelos coordenadores atuais da Câmara 2, Djalma Thürler (Coordenador/ Universidade Federal da Bahia), Benedito Medrado (Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos/ Universidade Federal de Pernambuco) e Marcia Medeiros (Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul).

de pesquisa do futuro serão tanto epistemológicas quanto cosmológicas: modos de produzir sentido capazes de sustentar mundos, ampliar alianças entre saberes e preservar as condições de continuidade da existência.

ENTRE O PRESTÍGIO E A MARGINALIZAÇÃO: POR QUE A INTERDISCIPLINARIDADE AINDA É TRATADA COMO CIÊNCIA MENOR?

Nos últimos anos, a Capes tem proposto discussões sobre a incorporação de multidisciplinaridade no mundo da pesquisa. Hoje, enfim, reconhece que as questões-chave enfrentadas por nossa sociedade exigem cada vez mais a integração de múltiplas disciplinas, o que pode ser evidenciado, pela análise dos documentos de outras áreas da Capes, da incorporação da palavra interdisciplinaridade em seu vocabulário técnico.

Percebemos, portanto, que o mundo da pesquisa e da academia incentiva a multiplicidade de disciplinas para uma disseminação mais ampla do compartilhamento de conhecimento, ideias e conceitos criativos. Para atender a essa exigência, os estudos interdisciplinares surgiram, em 1999, como uma área separada que permitiu que alunos e professores navegassem por uma perspectiva multivariada sobre assuntos inovadores e complexos. O que não está claro, por certo, é como as demais áreas têm posto em prática esse conceito – ou se, em vez disso, apenas se apropriaram da linguagem da interdisciplinaridade, sem transformar suas práticas avaliativas e epistemológicas.

Hoje, apesar das barreiras históricas, institucionais e até etimológicas que atravessam os esforços interdisciplinares, nós – pesquisadores e pesquisadoras que atuam na área interdisciplinar – temos nos debruçado sobre o desafio de nomeá-la, delimitá-la e justificar sua legitimidade epistemológica. O primeiro ponto que nos parece incontornável é desmontar um equívoco persistente no imaginário acadêmico e no próprio Sistema Nacional de Pós-Graduação: a crença de que a interdisciplinaridade constitui uma espécie de “rebotinho científico”, o local para onde convergiriam trabalhos fracos, inclassificáveis ou sem densidade teórica suficiente para serem acolhidos pelas áreas disciplinares tradicionais.

Essa leitura depreciativa, longe de ser ocasional, foi historicamente alimentada por uma combinação de fatores institucionais, simbólicos e políticos. Já no início dos anos 2000, Luiz Bevilacqua (2011, p. 791) alertava para o risco de que a área interdisciplinar se tornasse receptáculo de “propostas artificiais e com baixa qualidade científica”. Em vez de interpretar esse alerta como convite à qualificação e ao amadurecimento do campo, parte da comunidade acadêmica o utilizou – e continua utilizando – como justificativa para ironias, desprestígios e deslegitimações que alimentam o “fogo amigo” interno e a resistência externa. A mensagem subliminar, ainda hoje recorrente, é que a

área interdisciplinar não deveria existir ou, se existir, deveria ser sempre tratada como menor, provisória ou incompleta.

Esse imaginário encontra respaldo em políticas científicas que reforçam a assimetria institucional. O caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é emblemático: a ausência histórica de uma Câmara interdisciplinar, mesmo após 25 anos de reivindicações da comunidade científica, funciona como um dispositivo político silencioso, mas eficaz, de deslegitimação. Ao não criar a Câmara, o CNPq impede que pesquisadores interdisciplinares tenham acesso equitativo a bolsas de produtividade em pesquisa (PQ), empurrando-os para o “duplo vínculo”: é preciso buscar abrigo em áreas disciplinares para ter futuro, reconhecimento e permanência no sistema. O resultado é perverso: perda de talentos, evasão de quadros experientes, descontinuidade de pesquisas originais e, sobretudo, perpetuação da ideia de que a interdisciplinaridade é incapaz de constituir critérios próprios de excelência.

No entanto, seria ingênuo atribuir essa imagem exclusivamente às instituições disciplinares ou às políticas de fomento. Parte desse imaginário foi alimentada por nós mesmos, quando, por receio histórico de enfrentar o debate epistemológico, reforçamos – voluntária ou involuntariamente – a noção de que a pesquisa que “não serve” para uma comunidade disciplinar poderia encontrar guarida na interdisciplinar. Essa postura, como estratégia defensiva, talvez tenha funcionado em um momento inicial de consolidação, mas tornou-se um entrave ao amadurecimento conceitual do campo. Ao aceitarmos que a área interdisciplinar era “lugar de sobra”, desistimos temporariamente de disputar a centralidade epistemológica que ela exige: definir seus objetos, seus fundamentos, seus modos de validação e, sobretudo, suas contribuições originais para o avanço do conhecimento.

Essas tensões estruturais também impactam diretamente a formação dos estudantes, eixo fundamental do processo avaliativo da Capes. Toda pesquisa interdisciplinar precisa estar articulada e integrada à área de concentração, linhas de pesquisa e projetos integradores dos programas, e, portanto, não é qualquer pesquisa que pode ser desenvolvida em um programa interdisciplinar. A Capes, por meio de seu processo avaliativo quadrienal, tem dado atenção especial à formação de estudantes como componente fundamental da área. Eles devem ser preparados não apenas para demonstrar profundidade de conhecimento, mas também amplitude, integração, síntese e uma série de habilidades necessárias ao desenvolvimento de pesquisas complexas. Trata-se de estimular novos modos de investigação, quebrando barreiras conceituais e institucionais que ainda resistem e que, superadas, podem gerar benefícios significativos para a ciência e a sociedade. Isso implica ampliar oportunidades formativas para que os

estudantes estejam preparados tanto para carreiras acadêmicas quanto para trajetórias profissionais mais diversificadas.

O problema, portanto, não é apenas de ordem institucional, mas também epistemológica e simbólica. Enquanto a interdisciplinaridade permanecer vista como rota de escape, e não como horizonte de investigação, continuará sendo tratada como um “entrelugar”, útil apenas como transição, mas jamais reconhecida como espaço de produção de conhecimento com identidade própria. Essa visão tem consequências profundas: reduz a potência da área, fragmenta sua base de pesquisadores, impede o estabelecimento de parâmetros positivos de avaliação e dificulta a construção de narrativas históricas que expliquem sua relevância no cenário científico brasileiro e internacional.

Por isso, a tarefa urgente não é apenas defender a área interdisciplinar, mas disputá-la: disputar sua definição, suas fronteiras, seus critérios de qualidade e seus modos de existência. Não se trata de reivindicar um território por ressentimento, mas de reconhecer que muitos dos problemas mais importantes do século XXI – ambientais, sociais, tecnológicos, éticos, políticos – não cabem mais dentro das fronteiras rígidas das áreas tradicionais. A interdisciplinaridade não é residual; é estrutural. E só poderá ocupar esse lugar se deixarmos de assumir, dentro e fora da área, a narrativa do “rebotinho” e reivindicarmos, com rigor e clareza, sua legitimidade epistemológica, institucional e política.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. T. de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA, A. J (ed.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.
- BEVILACQUA, L. Primórdios da área multidisciplinar da Capes e suas influências na pós-graduação e graduação. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA, A. J. (ed.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri: Manole, 2011. p. 785-802.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. *Documento de área interdisciplinar, área 45*. Brasília: Ministério da Educação, Capes, 2025-2028a.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. *Documento de Área Ciências Ambientais, área 49*. Brasília: Ministério da Educação, Capes, 2025-2028b.
- CYRULNIK, B. Nada é mais simples que um pensamento complexo. In: MORIN, E. *Um pensamento livre para o século 21*. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 45-49.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, NATIONAL ACADEMY OF ENGINEERING, AND INSTITUTE OF MEDICINE. *Facilitating interdisciplinary research*. Washington: National Academies Press, 2005.

POPPER, K. R. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. New York: Routledge, Kegan Paul, 1963.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

THÜRLER, D. Um mundo melhor para um número maior de pessoas. *Revista da Aninter-SH*, v. 1, p. 1-9, 2024.

Recebido em: 16.11.2025

Aprovado em: 14.01.2026